



CONTRATO Nº 005/2016

CONTRATO que entre si fazem a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM** e a empresa **HDI SEGUROS S/A**, para seguro dos veículos deste Poder Legislativo.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM**, com sede na Rua Adiles André, s/n, Bairro Serra Mar, em Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa e, do outro lado a empresa **HDI Seguros S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Costa Pereira, 76 Centro CEP. 29 300-09, Cachoeiro de Itapemirim-ES, inscrita no CNPJ sob o nº 29.980.158/0001-57, por seu representante legal Rodolfo Cezar Fiorio, celebram o presente **CONTRATO**, advindo do Processo Administrativo n.º 191/2016, Dispensa de Licitação, conforme condições estabelecidas neste Contrato, Termo de Referência e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes à matéria, sob as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente **CONTRATO** é a contratação da empresa para seguro dos veículos da Câmara Municipal de Itapemirim, com as seguintes coberturas:

1.1.1 Chevrolet Cobalt LTZ - 1.4 8v - Flexpower 4P - Placa ODH 4105 (Proposta nº 89615707)

1.1.1.1 Danos Materiais: **R\$ 100.000,00;**

1.1.1.2 Danos Corporais: **R\$ 100.000,00;**

1.1.1.3 Casco: **100% FIPE;**

1.1.1.4 Morte: **R\$ 10.000,00;**

1.1.1.5 Invalidez Permanente: **R\$ 10.000,00;**

1.1.1.6 Franquia: **R\$ 1.320,50.**

1.1.2 Chevrolet Cobalt LTZ - 1.4 8v - Flexpower 4P - Placa ODH 4104 (Proposta nº 89615231)

1.1.2.1 Danos Materiais: **R\$ 100.000,00;**

1.1.2.2 Danos Corporais: **R\$ 100.000,00;**

1.1.2.3 Casco: **100% FIPE;**



1.1.2.4 Morte: **R\$ 10.000,00;**

1.1.2.5 Invalidez Permanente: **R\$ 10.000,00;**

1.1.2.6 Franquia: **R\$ 1.320,50.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 O prazo do **CONTRATO** será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo.

2.2 A vigência do **CONTRATO** é das 24 horas do dia da assinatura do **CONTRATO** até às 24 horas do dia do término do mesmo.

2.3 O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

2.4 Na assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá fornecer o número do banco, o número da agência e o número da conta corrente, para fins de pagamento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1 A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o pelo prêmio global do objeto deste contrato o valor de **R\$ 3.708,84** (três mil, setecentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), em moeda corrente nacional, sendo:

3.1.1 **R\$ 1.823,36** (um mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos) para o cálculo (proposta) nº 89615231; e

3.1.2 **R\$ 1.885,48** (um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) para o cálculo (proposta) nº 89615707.

3.2 O pagamento será efetuado após a assinatura do **CONTRATO** em sua totalidade, contra a apresentação pela Seguradora da fatura/nota fiscal da prestação dos serviços de seguro.

3.3 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo a **CONTRATADA** informar o número do banco, da agência e conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão **CONTRATANTE**, ou através de banco credenciado, a critério da Câmara Municipal de Itapemirim.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Fornecer à Câmara Municipal de Itapemirim cópia da Apólice de cada veículo segurado.

4.2 Encaminhar à Câmara Municipal de Itapemirim, na Rua Adiles André, s/n, Bairro Serra Mar, em Itapemirim-ES, a relação das indenizações pagas e/ou não pagas, o motivo do pagamento e do não pagamento, bem como o montante em moeda nacional, constando a data do pedido e a data da efetivação desse pagamento.



- 4.3 Deverá possuir uma representação (Corretor de Seguros) 24 horas por dia disponível para em caso de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à Câmara Municipal de Itapemirim.
- 4.4 Efetuar o pagamento das indenizações no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento completo da documentação exigida pela SUSEP para a liquidação do sinistro.
- 4.5 Atender aos pedidos da Câmara Municipal de Itapemirim no fornecimento de informações e dados sobre o cumprimento do Contrato.
- 4.6 Realizar o pagamento da indenização constante no objeto deste Contrato em uma única parcela.
- 4.7 Aceitar a inclusão de novos veículos/equipamentos ao Contrato, quando da aquisição por parte da Câmara Municipal de Itapemirim.
- 4.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do Contrato.
- 4.9 Sanar imediatamente quaisquer irregularidades comunicadas pela Câmara Municipal de Itapemirim.

5. CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Câmara Municipal de Itapemirim poderá, garantida prévia defesa, além de rescindir o Contrato, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 5.1.1 Advertência;
 - 5.1.2 Multa de até 1000 vezes o valor unitário do Contrato.
 - 5.1.3 Suspensão do direito de licitar junto à Câmara Municipal de Itapemirim, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - 5.1.4 Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Itapemirim.
- 5.2 Das irregularidades e multas contratuais:
 - 5.2.1 São irregularidades passíveis de multas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:
 - 5.2.1.1 Atraso no pagamento de indenização - multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);
 - 5.2.1.2 Desatender as determinações da fiscalização - multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
 - 5.2.1.3 Não fornecer à Câmara Municipal de Itapemirim as informações solicitadas por escrito pela fiscalização - multa de 0,5% (meio por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, por irregularidade cometida;



- 5.2.1.4 Pelo não atendimento do disposto no contrato - multa de 0,5% (meio por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, por irregularidade cometida;
- 5.2.1.5 Outras irregularidades consideradas graves a juízo da Câmara Municipal de Itapemirim - multa de 0,5% (meio por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, por irregularidade cometida;
- 5.2.1.6 Para a graduação da multa a Contratante levará em conta a gravidade do fato, tendo em vista suas consequências;
- 5.2.1.7 As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras;
- 5.2.1.8 Todas as multas aplicáveis a Contratada, em caso de reincidência, serão aplicadas em dobro;
- 5.2.1.9 Toda a irregularidade constatada, durante a vigência do Contrato, será comunicada por escrito aos responsáveis credenciados da empresa contratada, sobre a qual será aplicada a multa que lhe couber, tendo seu valor descontado nos pagamentos.

6. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 Caberá à Câmara Municipal de Itapemirim nomear um servidor para fiscalizar a execução do Contrato.
- 6.2 A fiscalização de que trata o item anterior não isenta a Contratada das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

- 7.1 O **CONTRATO** será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.
- 7.2 Havendo possibilidade legal de a rescisão ser solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá notificar a contratante, mediante documento protocolado, devidamente fundamentado e comprovado.
- 7.2.1 A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo a **CONTRATADA** manter a execução do contrato pelo prazo necessário para a administração efetuar nova contratação.

8. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1 As despesas decorrentes da Contratação, objeto do presente **CONTRATO**, correrão à conta da dotação orçamentária **3390390000 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa**



Jurídica), do orçamento da **Câmara Municipal de Itapemirim**.

9. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 A **CONTRATADA** operará como empregador autônomo responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO**, e, conseqüentemente, seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a Câmara Municipal de Itapemirim.
- 9.2 Será disponibilizada cópia da Apólice vigente, por conseguinte não haverá vistoria prévia dos equipamentos.
- 9.3 As quantidades poderão ser acrescidas ou reduzidas de acordo com o disposto no art. 65 da Lei n.º 8666/93 e suas alterações. A duração do **CONTRATO** resultante deste Instrumento convocatório e suas prorrogações obedecerão ao disposto no artigo 57 da Lei n.º 8666/93 e suas alterações.
- 9.4 Fará parte integrante do **CONTRATO** o Termo de Referência, que serviu de base para esta contratação, bem como as condições estabelecidas no Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

- 10.1 As partes elegem o Foro de Itapemirim para que nele se executem e se cumpram todos os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO**.
- 10.2 E por estarem assim justos e contratados firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para que produza seus jurídicos efeitos.

Itapemirim-ES, 19 de abril de 2016.


Paulo Sérgio de Toledo Costa

Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim


Rodolfo Cezar Fiorio

HDI SEGUROS S/A (Contratada)

R. FIORIO ADM. CORR. SEGUROS LTDA
CNPJ: 14.590.476/0001-34